

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

A professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina Roselane Neckel publicou, em 2003, o livro *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Sua pesquisa para a dissertação de mestrado, *Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis (1910-1930)*, despertou-lhe o interesse pela produção de uma obra que tratasse do período republicano no estado catarinense. O livro discute os momentos de tensão e conflitos que ocorreram durante a implantação do novo regime. Sua pesquisa colabora com a vertente historiográfica que percebe a inquietação gerada pela implantação da política republicana no Brasil.

A obra está dividida em nove capítulos nos quais a autora procura manter uma linha temporal entre os acontecimentos, facilitando sua compreensão. Paralelamente à discussão a respeito da não aceitação pacífica ao regime republicano, apresenta de maneira crítica e explanada as consequências que a nova organização política acarretou à sociedade, ou ao menos para uma grande parcela.

Nos dois primeiros capítulos, Roselane Neckel mostra a existência da tensão e recusa por parte de um grupo que se opunha aos interesses propostos pelo novo regime, em especial as disputas entre lideranças políticas por cargos políticos e pela autonomia dos estados. A adesão dos liberais e conservadores ao novo regime teve curta duração e, a partir do momento em que os acontecimentos não lhes foram mais favoráveis, formaram a chapa União Nacional, tornando-se opositores dos republicanos. Outra característica desse novo regime abordada nesses capítulos foi a cisão dentro do próprio regime republicano. À medida que se instaurava a República, alguns dos seus colaboradores viram que não era o governo que haviam idealizado. A severidade nas repressões que se sucederam aos movimentos anti-republicanos também está inserida nas discussões presentes no livro.

Com a implantação do novo sistema, havia a preocupação em se formar uma nova identidade para o povo e para os novos políticos. O terceiro capítulo apresenta os símbolos criados para que se legitimasse a nova ordem. A mudança do nome de ruas, praças, teatro, entre outros, para nomes de figuras atuantes e de importância na construção do novo regime foi uma das medidas adotadas. A resignificação de símbolos e a construção de novos vinculavam-se a um conjunto de práticas e discursos divulgados principalmente pelos jornais.



A indicação da aceitação popular ao regime republicano presente em muitos documentos foi uma forma de legitimar o novo sistema.

Os embates políticos e ideológicos culminaram na Revolução Federalista. A autora traz no quarto capítulo detalhes do conflito, os motivos e as reivindicações desse movimento. Após o afastamento de Lauro Muller, assumiu o poder uma junta governativa que tinha entre seus representantes o federalista Cristóvão Nunes Pires. Essa junta dissolveu o Congresso representativo do estado, formado por republicanos, proporcionando aos federalistas a oportunidade de luta. Além dos conflitos políticos, a sustentação de Júlio de Castilhos, representante republicano no poder no Rio Grande do Sul, contribuiu com a eclosão da Revolução. O conflito chegou até Santa Catarina e, em Desterro, foi instalado o Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Uma das abordagens desse capítulo trata das reivindicações dos federalistas, entre elas a autonomia dos estados e uma república parlamentarista. Com o apoio dos republicanos, Floriano Peixoto manda para o governo de Santa Catarina Antonio Moreira Cezar, com a missão de liquidar a base militar e política rebelde sediada no território catarinense. O capítulo da Revolução Federalista vai além do conflito: mostra que, mesmo depois da repressão, seguem-se as tensões entre as forças divergentes.

Analisando e discutindo os acontecimentos, Roselane mostra que não se trata de uma história do bom contra o mau – é importante avaliar a disputa, perceber as diferentes forças e poderes atuantes naquele momento e, principalmente, contextualizar o período. A autora faz uma análise sobre a construção do vilão na história. Alguns historiadores, ao apresentarem Moreira Cezar como responsável pelo extermínio de opositores ao regime, livraram Floriano da marca do autoritarismo e da violência, chegando ao ponto de ser agraciado com a homenagem do nome de Florianópolis para a capital catarinense. É importante estar atento aos rótulos construídos para que se compreenda o significado dos acontecimentos.

O quinto e o sexto capítulos tratam da integração do estado através da sua reconstrução e modernização, apresentando a política do embelezamento e as conseqüências desse percurso civilizatório. A política de integração consistia em aproximar as relações entre o litoral do estado com o planalto, e para isso foram construídas estradas, ligação telegráfica, e se pensou fazer de Lages a capital do estado, devido à sua localização central. No sexto capítulo, percebemos um grupo da população destacando-se economicamente em relação à classe pobre. Os padrões de conduta modificam, a pobreza é classificada como ameaça à ordem



nacional devido à sua vida insalubre, geradora de doenças, seus trabalhos informais, ou pela ociosidade.

Intensifica-se a política de limpeza na cidade – obras de saneamento, investimentos na higiene pública e modificações na paisagem, medidas que beneficiavam apenas uma parcela da população. Como consequência desses projetos, a autora nos mostra uma Florianópolis que, apesar da distância cronológica, vive ainda hoje reflexos da política do embelezamento, em que os indesejáveis são expulsos para as periferias e morros. Essa camada da população vivia longe dos ideais apresentados nos jornais sobre os hábitos considerados adequados ao homem civilizado.

No sétimo e oitavo capítulos, observamos a luta pela sobrevivência dos que estão à margem da sociedade idealizada. Em meio à campanha do embelezamento, homens e mulheres buscam sobreviver diante das restrições que sua classe social impõe. Para os pobres, as obras de saneamento só agravaram sua situação: além de não poderem pagar pelos benefícios, foram expulsos do centro da cidade, pois ali estariam concentradas as obras de saneamento.

Questionando as mudanças propostas pela nova fase política, o capítulo nove mostra os limites dessas reformas urbanas. Os jornais deflagraram a falta de qualidade das obras, principalmente da rede de água e esgoto. As tubulações de água passavam perto das dos esgotos, e com o rompimento dos canos a água tornava-se imprópria. Além da ineficácia, o alto custo da instalação dificultava o acesso a esses serviços, excluindo grande parte da população. As melhorias eram, então, dirigidas a um setor privilegiado. A autora faz uma importante crítica aos projetos de saneamento do período, como segregadores da classe pobre.

O livro de Roselane é uma obra indicada para leitores que apreciem o tema Santa Catarina. Elaborado com uma linguagem acessível, o texto é sucinto e bem estruturado, abrindo um leque de discussões e debates sobre a temática política republicana e seus reflexos na sociedade. Desperta o leitor a fazer suas interpretações e reflexões acerca dos assuntos. Sua pesquisa é apoiada em relatórios do período, jornais e publicações de outros autores, ferramentas que proporcionam uma leitura muito agradável, principalmente por sua sensibilidade ao trabalhar a condição da classe pobre, que até pouco tempo atrás não era objeto de pesquisa na história.

Gisele Maria da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

giseledocol@yahoo.com.br

